

O ESTADO BRASILEIRO E AS CONFERÊNCIAS PAN-AMERICANAS: AS REPRESENTAÇÕES DE POLÍTICOS, DIPLOMATAS E INTELLECTUAIS

Micael Alvino da Silva*

Introdução

Recentemente defendemos uma dissertação de mestrado cujo objeto era a repressão aos súditos do Eixo pela polícia política após 1942, na parte brasileira da Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai, Argentina). Identificamos que em todo o Brasil, alemães, italianos e japoneses foram reprimidos por ordem do governo central. Nossos questionamentos principais foram: quais foram as ordens repressoras e quem as ordenou às forças policiais dos estados?

Nossas buscas de concentraram nos acervos do Arquivo Público do Paraná, do Arquivo Nacional e da Fundação Getúlio Vargas, além de analisarmos a bibliografia que foi resultado de pesquisas nos arquivos da DOPS dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Concluimos que a repressão ocorreu por consequência de uma decisão política tomada pelo Brasil na III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, a saber: colaborar com os Aliados no curso da II Guerra. Entre as colaborações, uma delas era manter os “súditos dos países do Eixo” sob constante vigilância e à vista das autoridades policiais.

Esta análise nos fez refletir e lançar mão do seguinte questionamento: se a recomendação da III Reunião produziu resultados imediatos (e repressivos), quais resultados se produziram ao longo de pouco mais de meio século (1889-1945) durante as Conferências Pan-Americanas? E quanto às decisões: em que medida os políticos, diplomatas e intelectuais atuaram na defesa ou resistência a uma ou mais idéias pan-americanistas?

Estas questões iniciais nos levaram a crer que somente uma pesquisa mais ampla seria capaz de respondê-las a contento. Para tanto, iniciamos pesquisas preliminares para um futuro projeto de doutorado, e o objetivo deste texto é apresentar nossas reflexões iniciais e submetê-las à análise. Para melhor compreensão, o texto em duas partes: a primeira que analisa o contexto e as produções sobre as Conferências Pan-

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Mestre em História.

Americanas e a segunda na qual lançaremos mão de nossas impressões e reflexões iniciais acerca do objeto.

As Conferências Pan-Americanas

No plano político externo, no final do século XIX, a América Latina em geral e o Brasil em particular foram convidados pelo governo dos Estados Unidos para “discutir” “problemas comuns” na I Conferência Pan-Americana, realizada em Washington (1889). A iniciativa, ao tentar buscar meios para aumento do comércio estadunidense com a América Latina, inaugurou um sistema interamericano de diplomacia de conferências.

Em sua análise sobre a relação entre os Estados Unidos e a América Latina entre 1830 e 1930, o historiador norte americano Robert Smith (2001, p. 616) identificou que nas duas últimas décadas do século XIX, alguns setores da sociedade estadunidense passaram a considerar a necessidade de “pensar” sobre as relações sobretudo comerciais com a América Latina. Ao citar o Secretário de Estado que presidiu a Conferência de Washington, James Blaine, o autor faz a seguinte referência: “ele acreditava que, no hemisfério ocidental, as relações pacíficas, a mediação de conflitos, a redução da influência européia e o aumento do comércio de exportação dos Estados Unidos, tudo estava ligado de maneira intrínseca”.

Nesta mesma linha análise, o historiador argentino Túlio Halperín Dongui relaciona a I Conferência ao “clima de consolidação dos imperialismos” (1975, p. 171). Para o autor, o projeto de união alfandegária das Américas e aquele da ferrovia pan-americana, em discussão no evento, estavam articulados à resposta da ordem mundial vigente: ampliar a área de influência de uma potência tal qual ocorria na África e parte da Ásia.

Para o internacionalista venezuelano Demetrio Boersner (1996, p. 139),

El concepto de una organización multilateral de Estados americanos fue acogido por los dirigentes políticos y empresariales yanquis como posible instrumento de su hegemonía sobre el hemisferio; en lugar del esquema bolivariano (una Confederación Latinoamericana que como participante secundario invitaría a su mesa a Estados Unidos), para 1880, este país desarrollo el concepto de un sistema panamericano dirigido por el gobierno de Washington, con los países latinoamericanos en calidad de protegidos del poderoso Tío Sam.

Nesta mesma passagem, autor indica que os únicos fatores levados em conta pelos Estados Unidos foram os de caráter econômico e político. No plano econômico, a união aduaneira excluiria Inglaterra e demais países europeus do *caminho* comercial enquanto que os Estados Unidos seria o país responsável por abastecer e financiar a América Latina. No plano político, seria implantado um sistema de arbitragem obrigatória, outorgando aos norte-americanos amplos poderes para impor seu juízo sobre as controvérsias dos demais países americanos.

Embora autores como os citados apontem para o interesse explícito dos Estados Unidos, na prática a idéia de uma Conferência interamericana ganhou apoio político interno no país apenas no transcurso final da década de 1880, quando o Congresso solicitou ao presidente Cleveland, em 1888, que convidasse os países latino-americanos para uma Conferência.

Na agenda da Primeira Conferência incluiu-se não somente tema diretamente econômico e político. Mostrar aos demais americanos um possível modelo a substituir a Europa também fazia parte de objetivos implícitos aos trabalhos diplomáticos. Smith (2001, p. 616) destaca que “antes mesmo que fosse tratada qualquer questão, os delegados latino-americanos fizeram uma dura excursão de trem pelas áreas industriais dos Estados Unidos”. Ao todo, os delegados latino-americanos “visitaram 41 cidades, onde observaram fábricas e assistiram a demonstrações das proezas norte-americanas no campo da tecnologia e ouviram inúmeros discursos e concertos de bandas”. Deste *tour*, o autor conclui que o objetivo dos Estados Unidos era estimular as nações latino-americanas a seguir os Estados Unidos e não a Europa em termos de liderança política e econômica.

Foi neste contexto do final do século XIX que se iniciou o sistema interamericano de diplomacia de conferências, indicado no início deste texto. Ao analisar *A instabilidade internacional (1919-1939)* no contexto das Relações Internacionais da América Latina, Amado Luiz Cervo apontou com certo otimismo o fato de que somente o continente americano conhecia uma associação política de caráter intercontinental desde o século XIX (2001, p. 205). Embora o marco cronológico inicial tenha sido o final do século XIX, esta associação consolidou-se somente após o término da Segunda Guerra Mundial (1945). No período pós-guerra, os Estados Unidos

consolidou-se como potência mundial e abre-se uma nova página na história de sua influência sobre a América Latina.

No início deste texto indicamos dois termos entre aspas: “discutir” e “problemas comuns”. Estas expressões indicam duas ações que não necessariamente ocorreram no transcurso das Conferências Pan-Americanas. Na prática a idéia não era que os Estados Unidos discutissem com a América Latina, embora contraditoriamente acabasse ocorrendo principalmente sob liderança da diplomacia argentina.

Quanto aos “problemas comuns” não necessariamente eram comuns aos estadunidenses e latino-americanos. A agenda, conforme indicam estudos mais recentes, era praticamente montada e coordenada pelos Estados Unidos, embora isso não represente aprovação das pautas escolhidas pelos delegados norte-americanos. Contudo,

a tentativa de controle por parte dos delegados estadunidenses foi bastante contumaz. Além disso, as Conferências Pan-Americanas podem ser entendidas como expressão da hegemonia dos Estados Unidos sobre o restante da América, principalmente: na deliberação das pautas das Conferências, privilegiando os seus interesses (o controle dos assuntos dava-se desde a proposição de temas nas reuniões preparatórias até as sessões propriamente ditas); ao forte deferimento pelas delegações norte-americanas; a sua política intervencionista (guerra hispano-americana em 1898; Filipinas em 1901; Panamá em 1903; Nicarágua em 1912; Haiti em 1914 e Nicarágua 1928); e o fortalecimento da sua posição de liderança na região. (DULCI: 2008, p. 35-36)

A forte ingerência dos Estados Unidos devia-se, entre outros fatores, por ser a sede da União Pan-Americana (criada na Primeira Conferência) em Washington. Desta forma, os encontros futuros não ocorriam sem antes as pautas serem preparadas e negociadas previamente (quando possível) com os países latino-americanos. Desta forma, por mais que tentava-se a todo custo impor as idéias estadunidenses, as Conferências se mostraram como um espaço político no qual idéias latino-americanas como “princípios de não intervenção e de autodeterminação eram postos à mesa” (CERVO: 2001, p. 201).

Entre 1889 e 1938 ocorreram as seguintes Conferências: de Washington (1889-1890); do México (1901-1902); do Rio de Janeiro (1906); de Buenos Aires (1910); de Santiago (1923); de Havana (1928); de Montevideu (1933); e de Lima (1938). Além destas, outros encontros importantes ocorreram no contexto do pan-americanismo até 1945: I Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores (Panamá, 1939); II

Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores (Havana, 1940); III Reunião de Consulta aos Ministros de Relações Exteriores (Rio de Janeiro, 1942); e Conferência Interamericana sobre problemas da guerra e da paz (México, 1945).

É importante lembrar que após estas, a próxima Conferência (Bogotá, 1948) resultará na consolidação do sistema interamericano de diplomacia de conferências, pois, será criada a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para analisar o movimento destas Conferências Pan-Americanas, é possível encontrar um razoável número de produções escritas, tanto de época quanto bibliográfica. Especificamente sobre as Conferências uma recente dissertação de mestrado foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, sob o título *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*, de autoria de Tereza Maria Spyer Dulci (2008).

No trabalho citado, a autora destaca que desde a Primeira Conferência, estudiosos elaboraram vários trabalhos no sentido de embasar os próximos encontros. Estes estudos, normalmente estavam relacionados à União Pan-Americana citada anteriormente. Quanto ao conteúdo analisado, tratava-se de dar destaque ao que fosse mais pragmático, nas palavras da autora, as “análises sobre os significados políticos das Conferências são muito raras, pois os estudiosos estavam mais preocupados em sistematizar dados que auxiliassem as Conferências futuras”. (DULCI: 2008, p. 11)

Dentre os acervos pesquisados são citados pela autora a Biblioteca da OEA, Biblioteca do Congresso Americano e acervo de países dos Cone Sul, em especial os arquivos do Itamaraty (neste, tendo sido analisados 22.000 documentos, somando cerca de 1.400 páginas). Dulci afirma que os estudos existentes nos países do Cone Sul “percebe[m] o pan-americanismo e as Conferências Pan-Americanas como armas que foram utilizadas pelos Estados Unidos para poder controlar a América Latina durante os anos da política do *Big Stick*” (2008, p. 12).

Desta forma, em termos de produção “no calor dos acontecimentos” o pesquisador tem à sua disposição uma produção oficial, quer seja produzida nos Estados Unidos ou nos países latino-americanos. Tanto em um quanto no outro caso, trata-se de um olhar de governos, ou seja, dos homens de Estado aos quais naquele momento cabia o poder de tomada de decisões. Neste mesmo “calor”, poderia se pesquisar as produções

dos intelectuais (sobretudo escritores e jornalistas) que contribuíram para a formação do pensamento dos países latino-americanos a seu respeito e a respeito do outro.

Para citar um exemplo da contribuição do debate acerca do pan-americanismo em jornais, citamos um artigo publicado na Revista da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Na análise, o autor aborda como foi noticiada a intervenção norte-americana na Nicarágua ao mesmo tempo em que se iniciavam os trabalhos para a Sexta Conferência em Havana. Conclui que para periódicos como *O Correio da Manhã* “o enfrentamento e a contradição entre as propostas pan-americanas e a prática imperialista não passava despercebida”. (SEBRIAN: 2006, p. 125)

Em termos de produção literária, no início do século XX a obra *Ariel* do uruguaio Rodó pode ser considerada um exemplo que parte de acontecimentos continentais que foi lido em boa parte da América Latina. Com apego ao hispano-americanismo (DONGUI: 1975, p. 175),

Ariel valorizava as tradições hispânicas como fonte primordial da cultura latino-americana, e fora inspirado, pelo menos em parte, pela intervenção norte-americana na guerra hispano-cubana de 1898. Apropriando-se das personagens de Shakespeare em *A Tempestade*, Rodó construiu metáforas sobre as Américas. Ariel, gênio do ar, representava a parte nobre do espírito, o império da razão, a espiritualidade da cultura. Constituiu-se para ele, em símbolo da América Latina que se contrapunha a Calibán, o monstro que idolatrava a matéria, representação concreta dos Estados Unidos. A repercussão na América espanhola foi enorme, criando-se até mesmo o substantivo “arielismo” (PRADO: 2001, p. 140-141)

Além dos estudos feitos “no calor dos acontecimentos”, para um estudo analítico sobre o significado político das Conferências, é preciso voltar o olhar para trabalhos que se dedicam a estudar a história das relações internacionais da América Latina, em especial as relações do Brasil com a América Latina. Dentre estes trabalhos destacamos os seguintes: *Relações Internacionais dos países Americanos* (CERVO & DÖPKE: 1994); *Relações Internacionais: dois séculos de história* (SARAIVA: 2001); *Relaciones Internacionales de America Latina: breve historia* (BOERSNER: 1996); *Conflicto e Integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)* (BANDEIRA: 2003); *Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)* (BUENO: 2004); e *As Relações Internacionais da América Latina* (MOREIRA [et. al.]: 2010).

O ponto de aproximação dos autores citados no parágrafo anterior é o trabalho do historiador francês Pierre Renouvin. Em seu clássico *Introdução às História das Relações Internacionais* (RENOUVIN & DUROSELLE: 1966), nos dizeres de Saraiva, o conhecimento histórico foi posto como coração dos estudos da Relações Internacionais. Ainda segundo Saraiva, “para Renouvin havia uma clara indissociabilidade entre a história das relações internacionais e a história das civilizações. Nesse sentido [embora não fosse seguidor do grupo], pode-se reconhecer nele uma preocupação muito semelhante àquela encontrada na primeira geração” dos *Annales*. (SARAIVA: 2001, p. 21)

Dentre outros, os principais autores que são de fundamental importância para compreensão e análise do contexto histórico em que se processaram as Conferências são: *História da América Latina* (DONGUI: 1975); *História da América Latina de 1870 a 1930* (BETHEL: 2001); *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 6 e 7 Tomo II; vol. 8 e 9 Tomo III) (HOLANDA: 2008); *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas* (BAGGIO: 1999); *O Brasil e a distante América do Sul* (PRADO: 2001); *Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX* (PRADO, 1999); *O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano* (CAPELATO, 1999); além da dissertação já citada (DULCI: 2008).

Ao analisar as seis primeiras Conferências, boa parte desta bibliografia citada, Dulci (2008, p. 34) identifica dois discursos identitários: o do pan-americanismo e o do latino-americanismo. Para a autora, o primeiro discurso era o oficial construído principalmente pelos delegados estadunidenses, enquanto que o segundo foi forjado principalmente por delegados argentinos com intuito de frear os avanços norte-americanos. Quanto ao Brasil, este tentou manter uma postura “neutra” que foi assim sintetizada:

Assim, quando convinha, a chancelaria brasileira se aproximava dos Estados Unidos e, conseqüentemente, se valia do discurso pan-americano, principalmente se isso aumentasse seu poder de influência nas Conferências Pan-Americanas (esse é o caso do tema da arbitragem). Noutras vezes, a diplomacia brasileira se aproximava dos países latino-americanos, especialmente quando estavam em jogo, na perspectiva do Itamaraty, acordos que prejudicassem os interesses nacionais brasileiros (destaque para o campo da economia, cujo melhor exemplo é a proposta de união aduaneira).

É possível afirmar, portanto, que embora não haja um estudo específico cujo objeto de pesquisa seja o movimento das Conferências Pan-Americanas de 1889 à 1945, estes diversos estudos indicam caminhos possíveis de serem trilhados. Isso porque durante pouco mais de meio século, nos debates em torno das Conferências Pan-Americanas, políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros criaram representações de “si”, e do “outro”. O “outro” ora são os Estados Unidos, ora a América Latina.

Considerando o exposto até aqui, faremos algumas considerações sobre um futuro projeto de pesquisa em nível de doutorado.

Considerações para uma análise futura

Em um texto que analisa o Brasil no contexto do capitalismo internacional, Holanda (2008b, p. 378) inicia sua análise teorizando sobre periodização. Para o autor, os períodos como República Velha (1889-1930) não necessariamente podem ser utilizados para analisar as relações internacionais. Neste sentido, embora pareça um período de média duração em termos de história do Brasil, justificamos o recorte temporal de 1889 a 1945 como indispensável para compreender as representações construídas por brasileiros no transcurso das relações internacionais no hemisfério.

Considerando a política e a cultura como dimensões constitutivas do social, apresentamos nossas primeiras reflexões para uma proposta tendo em vista analisar o movimento, as interpretações e as representações das conferências pan-americanas produzidas pelos homens de Estado e intelectuais brasileiros.

Afirmamos anteriormente que o estudo das Relações Internacionais, tendo o conhecimento histórico como “coração” remete à herança francesa de bases para a compreensão das relações entre nações. Esta herança partiu do desafio da construção de uma “nova explicação que levasse em conta nos diferentes momentos da evolução das relações internacionais, os variados aspectos da vida da sociedade. Nascia o conceito de *forças profundas*, ou seja, o conjunto de causalidades sobre as quais atuavam os *homens de Estado*.” (SARAIVA: 2001, p. 21)

Renouvin, ao iniciar sua análise em *Introdução à história das relações internacionais* (1965, p. 6), faz o seguinte destaque para os conceitos destacados anteriormente:

Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas forças profundas que formam o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhe determinam o caráter. O homem de Estado, nas suas decisões, nos seus projetos, não pode negligenciá-las; sofre-lhes a influência e é obrigado a constatar os limites que elas impõem a sua ação.

Definidos estes conceitos, podemos afirmar que quando a América Latina se inseriu no contexto mais amplo das relações internacionais, o fez principalmente por meio das Conferências Pan-Americanas. Durante a primeira, por exemplo, a maior parte dos países eram recém independentes. Em quase meio século, além das questões internas, o mundo foi assolado por crises e guerras que obrigavam posicionamento de todos os países. As recém nações, foram se consolidando ao mesmo tempo em que as forças profundas se modificavam e exigiam respostas e tomadas de decisões.

Os homens de Estado latino-americanos em geral e brasileiros em particular, representavam interesses de suas sociedades elitistas as quais eram suas bases. Holanda sintetiza esta questão ao escrever sobre *As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República* (2008b, p. 406-407):

A política exterior continuou a ser, durante a Primeira República, como fora durante o Império, o domínio da elite, incontestado pela opinião pública. Não nos surpreende verificar que até a queda da Monarquia, 1889, a maioria dos Ministros das Relações Exteriores e um número considerável de diplomatas provinham das Províncias produtoras de açúcar do Nordeste, área que dominou a política imperial. Durante a Primeira República, quando o poder político se transferiu para os estados cafeicultores do Centro-Sul, a maioria dos Ministros do Exterior e diplomatas passou a vir dessa área.

O autor acrescenta, ainda, que tanto as elites do nordeste quanto do centro-sul tinham inúmeros interesses comuns, como a unidade nacional, a vantajosa demarcação das fronteiras e o equilíbrio de poder no Prata. Entretanto, os produtores de açúcar tendiam a inclinar-se para a Inglaterra, enquanto que a elite cafeeira vendia a maior parte do seu produto aos Estados Unidos a quem ambicionava agradar. Desta forma, as relações internacionais tenderiam a ter defensores de uma política pró-americana com este deslocamento de uma elite para a outra em termos de controle do poder na política interna.

Embora sem referir-se ao conceito renouviniiano, Dulci (2008, p. 16) precisou recorrer à compreensão do contexto ao qual eram “produzidos” os diplomatas brasileiros:

Durante nossa investigação, pareceu-nos também muito importante compreender detalhadamente a História do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, incluindo seu funcionamento e o significado que a carreira diplomática teve e tem na nossa sociedade. Isso porque as Conferências Pan-Americanas foram assembleias eminentemente diplomáticas, e para entendê-las, contexto da política interna brasileira, foi necessário conhecer como funcionavam os meandros, tanto da carreira de diplomata como das disputas que fatalmente ocorrem neste âmbito.

Quanto aos intelectuais, consideramos elementos fundamentais para a organização da cultura, tal qual compreendia Antonio Gramsci (1978). No artigo *Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX*, Prado (2001, p. 325) indica que sua escolha para analisar as questões da cultura e da produção de discursos hegemônicos, passa pela análise da obra de Gramsci que estabelece uma relação umbilical entre cultura e poder.

Tentamos evitar olhar para os políticos e diplomatas de um lado e os intelectuais de outro, ou em última instância a política de um lado e a cultura de outro. Acreditamos que a temática seja capaz de possibilitar uma análise possível de cruzar a história política e a história cultural, uma vez que as ações de políticos e diplomatas estão permeadas por elementos constitutivos de seu meio cultural, ao passo que a representação veiculada na sociedade por intelectuais possui implicações políticas.

Um exemplo pode ser buscado na personalidade de Oliveira Lima, o homem de Estado e intelectual que escreveu uma coletânea de artigos entre 1903 e 1907 com objetivo de desmistificar a Doutrina Monroe e denunciar o imperialismo norte-americano em relação a América Latina (CAPELATO: 2001, p. 293). Estas idéias que defendiam a aproximação do Brasil com os países da América Latina não encontrou ecos no Ministério do Barão do Rio Branco. (PRADO: 2001, p. 145)

Na academia brasileira, o professor Silvio Julio de Albuquerque Lima, cujas obras praticamente desconhecida atualmente, foram publicadas entre 1915 e 1983 (DORELLA 2009, p. 191), é mais um exemplo que encontramos de intelectual. Este procurou promover uma campanha hispano-americanista, o que fez dele um intelectual dissonante.

Entendemos que as representações construídas pelos homens de Estado e por intelectuais brasileiros contribuíram para a visão que o Brasil construiu de “si” e do “outro”, que terá reflexo nas tomadas de decisões posteriores, e principalmente para pensar a América Latina a partir do Brasil.

Neste sentido, nossa proposta é partir destas reflexões iniciais para pensar um projeto de doutorado cujo objetivo será analisar o movimento das conferências e as representações construídas por brasileiros a respeito de “si” e do “outro”. Nossas fontes primárias serão constituídas principalmente de documentos produzidos pelos homens de Estado (arquivados no Itamaraty e arquivo no exterior, se possível); e pelos intelectuais (artigos publicados na imprensa nacional e obras literárias). Estes documentos, produzidos ao longo do recorte temporal delimitado, e até mesmo em períodos posteriores, deixaram um legado à representação brasileira, ou seja, o pensar a América Latina no Brasil.

Referências

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas republicanas*. São Paulo, 1999. Departamento de História. Universidade de São Paulo.

BANDEIRA, Luiz A. Muniz. *Conflito e Integração na América do Sul – Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Brasília: EDUNB, 2003.

BETHEL, Leslie. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2001.

BOERSNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de America Latina: breve historia*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.

BUENO, Clodoaldo. *Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)*. Política Externa, São Paulo, v. 13, n.1, p. 65-80, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O gigante brasileiro na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Grande Transação*. São Paulo: EDSENAC, 1999.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: EDFUNAG, 2001.

CERVO, Luiz Amado; DÖPKE, Wolfgang (orgs.). *Relações Internacionais dos países Americanos*. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

- DONGUI, Túlio Halperín. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DULCI, Maria Tereza Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. São Paulo, 2008. 134 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Universidade de São Paulo.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil monárquico*. T. II, Vol. 7. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008a.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil republicano*. T. III, Vol. 8. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008b.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Maria Cristina; SILVA, André Luiz Reis (orgs.). *As Relações Internacionais da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PRADO, Maria Lígia. *Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Grande Transação*. São Paulo: EDSENAC, 1999.
- PRADO, Maria Lígia. *O Brasil e a distante América do Sul*. In: *Revista de História*, nº 145, 2001, pág. 127-149.
- RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1966.
- SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de história*. Brasília: IBRI, 2001.
- SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. *Pan-americanismo e imperialismo: a sexta conferência pan-americana e o debate a cerca da intervenção norte americana na Nicarágua*. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 6, p. 111-129, 2006.
- SMITH, Robert. *Os Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930*. In: BETHEL, Leslie. *História da América Latina de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 609-647.